

# CERTIDÃO DE PENHORA – BENS DO RÉU

**Tribunal Judicial de Lisboa**

Juízo de Instrução Criminal n.º 4

**Processo:** Penal n.º **2023/0456** – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32.000

**Requerente:** Ministério Público

**Réu:** João da Silva, residente em Rua da Palma, 3.º Dto., 1150-220 Lisboa, NIF 123 456 789

**Data:** 12 de maio de 2024

---

## 1. Fundamentação

Certifico, nos termos do artigo 667.º e seguintes do Código de Processo Civil, que, em cumprimento da decisão de penhora emitida pelo Juiz de Instrução Criminal n.º 4, datada de **5 de maio de 2024**, foram efetivamente penhorados os bens pertencentes ao réu João da Silva, com o objetivo de garantir a satisfação do crédito resultante da prática delituosa descrita no processo penal acima identificado.

A decisão de penhora determinou a constrição dos seguintes bens, avaliados e registrados nos respetivos registos públicos, bem como a comunicação às instituições financeiras e ao registo predial competentes.

---

## 2. Bens Penhorados

N.º	Descrição do Bem	Identificação / Registo	Valor de Avaliação (€)	Observações
1	<b>Apartamento</b> – T3, 85 m², situado na Rua de São Bento, 45, 1200-345 Lisboa	Registo Predial – Conservatória do Registo Predial de Lisboa, folio 1123, livro 2	<b>150 000,00</b>	Penhora efetuada mediante anotação de conservatória; ocupação pelo próprio réu.
2	<b>Conta Bancária</b> – Banco BPI, NIB 0035 0000 1234 5678 9012 34	Bloqueio judicial (art. 666.º CPC)	<b>12 000,00</b>	Bloqueio total da conta; saldo disponível ao momento da penhora.
3	<b>Veículo</b> – Automóvel marca <b>Toyota</b> , modelo <b>Corolla</b> , matrícula <b>45-AB-78</b> , ano 2018	Registo Automóvel – Conservatória do Registo Predial de Lisboa, folio 219, livro 3	<b>9 500,00</b>	Penhora mediante anotação de restrição no registo automóvel.
4	<b>Depósito de Titulares</b> – Depósito a prazo no Banco Santander, NIB 0049 0000 9876 5432 1098 76	Bloqueio judicial	<b>6 500,00</b>	Valor bloqueado até ordem de levantamento.

Nº	Descrição do Bem	Identificação / Registo	Valor de Avaliação (€)	Observações
5	<b>Equipamento Informático</b> – 3 (três) computadores de marca <b>Dell</b> , série SN 12345678, 2020	Avaliação pericial – Perito nomeado, Dr. Carlos Mendes	<b>2 000,00</b>	Penhora mediante apreensão física e inventário.

**Valor total dos bens penhorados: €180 000,00**

### 3. Cumprimento da Penhora

1. **Notificação:** Os titulares das instituições bancárias (Banco BPI e Banco Santander) foram notificados, em conformidade com o disposto no artigo 666.º do CPC, em **7 de maio de 2024**, para que procedam ao bloqueio das quantias existentes nas contas identificadas.
2. **Registo Predial:** A anotação de penhora foi inscrita na Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o número de matrícula **1123/2024**, em **8 de maio de 2024**, garantindo a eficácia erga omnes da constrição.
3. **Registo Automóvel:** O bloqueio do veículo foi efetivado na Conservatória do Registo Automóvel de Lisboa, folio **219**, em **9 de maio de 2024**, impedindo a sua transferência ou alienação.
4. **Inventário e Apreensão:** O equipamento informático foi recolhido pela autoridade policial competente, sob a supervisão do perito designado, e encontra-se armazenado no depósito da **Polícia Judiciária**, em Lisboa, sob o número de inventário **PJ/2024/0456**.

### 4. Efeitos da Penhora

A presente penhora tem por finalidade assegurar o pagamento integral do crédito exequendo, correspondente ao montante ilicitamente obtido através das transferências fraudulentas, bem como eventuais custos processuais e de peritagem. Os bens permanecerão sob a restrição legal até que o Tribunal, mediante decisão definitiva, determine a sua liberação, alienação ou outra medida de execução.

### 5. Conclusão

Certifico, sob a minha responsabilidade, que os atos descritos foram realizados em estrita observância da legislação aplicável, e que a presente certidão constitui prova plena da existência e eficácia da penhora sobre os bens do réu João da Silva, nos termos da decisão judicial proferida.

**Lisboa, 12 de maio de 2024**

**Assinatura e Selo da Serventia**

**Dr. Luís Almeida**

Chefe de Serviço da Secção de Execução de Penhoras  
Tribunal Judicial de Lisboa

*Esta certidão tem validade até eventual levantamento ou extinção da penhora, nos termos da lei.*